

A INSERÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCRO-ALCOOLEIRO

Pedro Paulo Biazzo de CASTRO BARBOSA¹

Glaucio José MARAFON²

Resumo

O estudo sobre o complexo agroindustrial (CAI) sucro-alcooleiro na região administrativa Norte Fluminense vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos três anos pelo NEGEF - Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense e procura apontar o papel do setor sucro-alcooleiro nas transformações sócio-espaciais dos nove municípios, em conjunto, que compõem esta região. O presente trabalho consiste num desdobramento ou sub-projeto, que tem como objetivo verificar a inserção do município de Quissamã no CAI sucro-alcooleiro. Partindo de um breve panorama acerca da região, o trabalho começa pela discussão do conceito de CAI, com base no padrão organizacional do setor sucro-alcooleiro no Norte Fluminense. Depois, apresenta uma análise da inserção de Quissamã no CAI do açúcar e do álcool, através de um diagnóstico sobre sua formação sócio-espacial e do estudo dos segmentos industrial e agrícola no setor canavieiro municipal.

Palavras-chave: Complexos Agroindustriais; Açúcar e Álcool; Norte Fluminense.

Abstract

The insertion of Quissamã municipal district in sugar agribusiness

The studies about agribusiness ("complexos agroindustriais") in the state of Rio de Janeiro (Brazil), specifically about the production of sugar and alcohol at its north region, has been one of the focuses of NEGEF (group of studies in geography of Rio de Janeiro). After researches about the function of this economic sector to social and spacial transformations on the region (wich includes nine municipal districts), our group tried to study the specific case of Quissamã municipal district. This paper starts with general observations about the region, brings to debate the aplication of the "complexos agroindustriais" concept and contains the results of our researches about sugar-cane plantation at Quissamã, by a diagnostic of its "social-space formation".

Key words: "Complexos Agroindustriais" (Agribusiness); Sugar and Alcohol; North Region of the State of Rio de Janeiro.

¹ Bacharel e Licenciado em Geografia pela UERJ. Bolsista PIBIC/CNPq no NEGEF, até julho de 2002. e-mail: ppbiazzo@ig.com.br

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UERJ e Coordenador do NEGEF. e-mail: glauciomarafon@uol.com.br. Endereço para Correspondência: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 4034 – Bloco D – 4º andar, Maracanã – Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20550-013

INTRODUÇÃO

O estudo sobre o complexo agroindustrial (CAI) sucro-alcooleiro na região administrativa Norte Fluminense vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos três anos pelo NEGEF - Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (UERJ) e procura apontar o papel da economia sucro-alcooleira nas transformações sócio-espaciais dos nove municípios, em conjunto, que compõem esta região³. O presente trabalho consiste num desdobramento ou sub-projeto, que tem como objetivo verificar a inserção do município de Quissamã no CAI sucro-alcooleiro para, em outra contribuição futura, considerar as alternativas de que o município dispõe para o melhor aproveitamento agrícola de seu território. Cabe logo frisar que, historicamente, a expressão da usina localizada no atual município variou da escala nacional até a escala local, particularidade que o faz merecer uma análise destacada.

Desde o século XVIII, a área de extensas planícies localizada na porção nordeste do estado do Rio de Janeiro se destaca pela economia canavieira. Nas últimas décadas, o setor sucro-alcooleiro nesta área (que coincide com a atual região Norte Fluminense – ver mapa 1), vem passando por uma crise, para a qual contribuem diversos fatores, entre os quais já pudemos identificar: a crescente escassez de matéria-prima em contraste com o aumento exagerado do parque agroindustrial, que ocorreu na década de 70; a irregularidade temporal e espacial das chuvas e o problema da disponibilidade de água; a concorrência entre usinas, sua busca por fornecedores de cana e o fechamento das unidades agroindustriais menos capitalizadas; a crise econômica provocada pela liberação dos preços e pelo fim de uma tradição subvencionista por parte do Estado; a atual pequena expressividade da agroindústria canavieira do Norte Fluminense em comparação com o complexo sucro-alcooleiro paulista; a exclusão social agravada pelo desemprego.

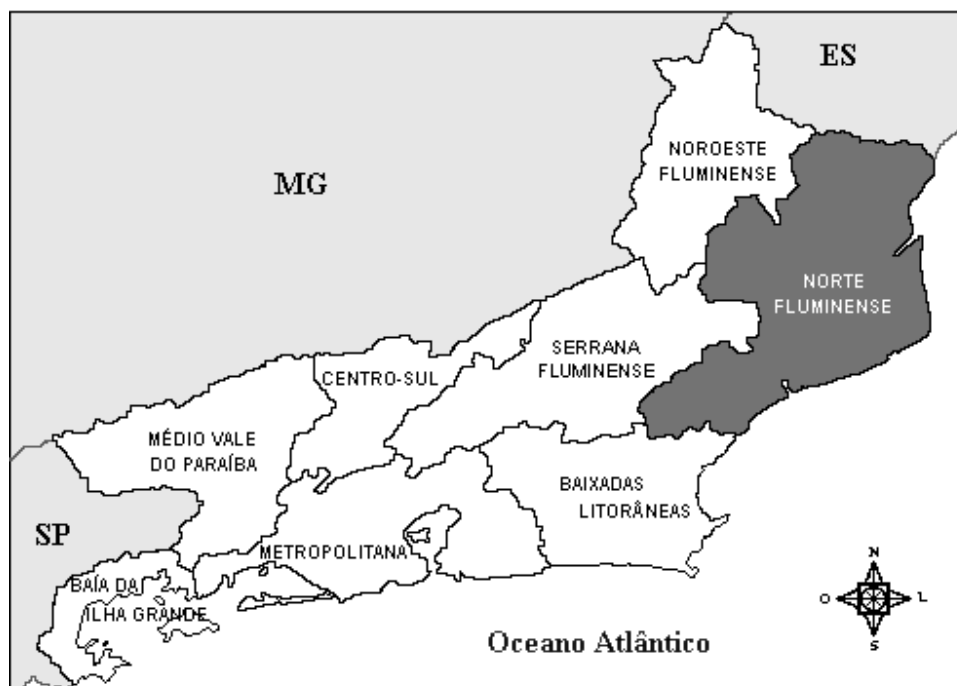
Partindo deste breve panorama acerca da região, começaremos o presente trabalho pela discussão do conceito de CAI, com base no padrão de organização do setor sucro-alcooleiro no Norte Fluminense. A partir dessas considerações, passaremos a analisar a inserção de Quissamã no CAI do açúcar e do álcool, através de um diagnóstico sobre a formação sócio-espacial do município e de uma análise dos segmentos industrial (usina) e agrícola no setor canavieiro municipal. O segmento agrícola será explicado através das relações de trabalho encontradas nas atividades que envolvem o plantio e o corte da cana. Ao final, poderemos analisar com mais propriedade a inserção de Quissamã no CAI sucro-alcooleiro com o futuro objetivo de considerar as alternativas atuais para a agricultura municipal.

Dentre as atividades necessárias à realização deste trabalho⁴, destacamos a pesquisa e organização de dados secundários, trabalhos de campo para realização de entrevistas, visitas a usinas do Norte Fluminense e visitas a órgãos como a Emater e à unidade de pesquisas da UFRRJ⁵.

³ A região Norte Fluminense é o conjunto de 9 municípios localizados mais precisamente na porção nordeste do estado do Rio de Janeiro e equivale aproximadamente à tradicional "Zona Canavieira de Campos". Partimos aqui da classificação e delimitação operada pela Fundação CIDE, que subdivide o Rio de Janeiro em oito regiões administrativas ou regiões de governo.

⁴ Os autores expressam sua gratidão aos técnicos e trabalhadores da Usina Quissamã e também a todos os bolsistas e amigos do NEGEF, inclusive ao Prof. João Rua (Prof Assistente do Depto. de Geografia da UERJ e Coordenador do NEGEF), pela ajuda na realização de entrevistas e no constante amadurecimento de idéias.

⁵ A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), localizada no município de Campos dos Goytacazes, herdou as estruturas de pesquisa agropecuária do extinto Planalsúcar (Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar), e atualmente tem convênio com seis usinas do Rio de Janeiro (dentre as quais a de Quissamã), além da Usina Paineiras, localizada no sul do Espírito Santo. Agradecemos ao Dr. Delvo pelo fornecimento de dados estatísticos e visita aos canaviais modernizados das usinas de Campos.

Mapa 1 - Localização da Região Norte Fluminense

Escala Aproximada
1:2.000.000

■ Região em Estudo

Org.: Pedro Paulo de Castro Barbosa, NEGEF
Depto. de Geografia - UERJ, junho de 2000

O PADRÃO DE ORGANIZAÇÃO DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO NO NORTE FLUMINENSE EM DISCUSSÃO

Desde a década de 1970, foram se organizando no Brasil, em diversos setores agrícolas, os chamados complexos agroindustriais (CAIs). Este processo foi mais marcante em gêneros de produção em grande escala e para exportação, como soja, cana, café, avicultura, entre outros. Como já explicado em outra contribuição:

Os Complexos Agroindustriais englobam o conjunto de processos técnico-econômicos, sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para agricultura e os serviços financeiros correspondentes. Sua conformação, no início da década de 70, tem como base as transformações que ocorreram no setor agropecuário brasileiro, tais como: tecnificação do processo produtivo a partir da década de 50, implantação do parque industrial voltado para a agricultura no final da década de 60, modernização e desenvolvimento em escala regional de um mercado para produtos do sistema agroindustrial. Sua regulação passa pelas ações do Estado em suas políticas públicas e pelo capital privado nacional e internacional. (MARAFON E CASTRO BARBOSA, 2002, p. 72)

De todas as áreas do interior do estado do Rio de Janeiro, aquela relativa à região Norte Fluminense é a única a apresentar continuamente, ao longo dos últimos trinta anos e em um setor específico (o canavieiro), um padrão de organização agroindustrial com características típicas do modelo CAI. Este padrão corresponde à organização da atividade agrícola em moldes industriais, no qual a indústria comanda o processo produtivo na agricultura, dependente agora de uma indústria a montante (insumos físicos, químicos e biológicos para a atividade agrícola) e de uma indústria a jusante, ou seja, da capacidade de transformação da matéria-prima, através de unidades de processamento em grande escala (MARAFON, 1998). As demais atividades agropecuárias praticadas em território fluminense, nos últimos trinta anos tiveram cada qual seu grau de modernização e padrão de organização, sem no entanto atingir o chamado "CAI completo" (GRAZIANO DA SILVA, 1988).

A diversidade na organização das atividades agrárias no Brasil se expressa não somente de um produto em relação a outro, mas também em um mesmo tipo de atividade praticada em diferentes espaços, variando regionalmente em relação a diversas características: grau de modernização no segmento agrícola e no industrial, criação de unidades agroindustriais, integração de produtores a agroindústrias de dentro ou fora do estado, possibilidades de investimentos, ajuda governamental e de órgãos técnicos etc.

Questiona-se, portanto, o fato de o complexo canavieiro ser atualmente, no Norte Fluminense, um "CAI completo", por não haver um parque industrial a montante localizado na própria região (ou próximo a ela). Os tratores, adubos, inseticidas, assim como muitos materiais e máquinas necessários ao equipamento das unidades agroindustriais (usinas), são trazidos, em sua maioria, do estado de São Paulo. Apesar disso, grande parte das empresas envolvidas no parque industrial a montante da cultura da cana possui um representante ou escritório localizado no município do Rio de Janeiro ou Região Metropolitana. Além disso (e o que é mais importante), existe no Norte Fluminense uma utilização em larga escala de insumos dos mais variados. Sublinhamos, portanto, que as indústrias de insumos não precisam estar instaladas (localizadas) na região em questão para atuar intensamente em qualquer gênero ou setor agropecuário.

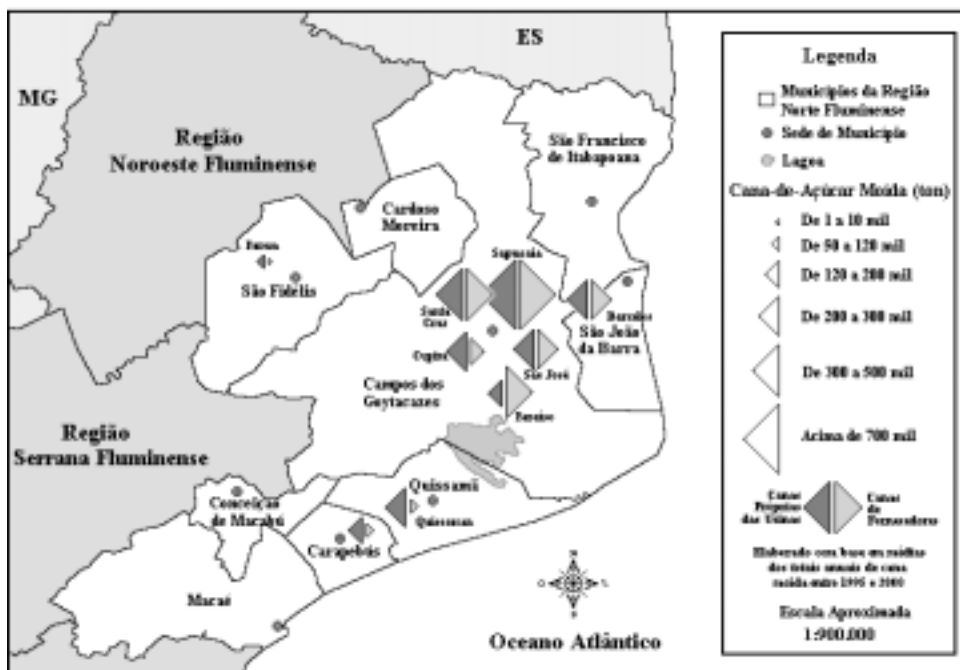
O que se pretende ressaltar é que a noção de "complexo agroindustrial" deve ser apreendida em escala nacional, mas como cada área produtora do país possui sempre suas particularidades, a noção de CAI deverá ser utilizada com algumas restrições, ou especificações. Entretanto, é preciso deixar claro que, no caso da cana-de-açúcar no Norte Fluminense, este conceito não pode ser abandonado, já que existe um padrão organizacional baseado na concentração e na centralização de capitais, com grande infra-estrutura agroindustrial para o beneficiamento da matéria-prima e presença da indústria a montante nas técnicas que envolvem o plantio e colheita de cana.

Com base nessas considerações, podemos afirmar que o setor canavieiro no Norte Fluminense integra o CAI sucro-alcooleiro nacional e está composto por nove unidades agroindustriais que moem, em conjunto, 4 milhões e 500 mil toneladas de cana por safra (média aproximada das últimas cinco safras – ver mapa 2). No entanto, perdeu sua expressividade principalmente ao longo das últimas cinco décadas e ainda se encontra em crise atualmente. Seu papel nacional se reduziu muito, a ponto de não mais ser significativo nessa escala. Entretanto, em escala meso-regional, o setor canavieiro do Norte Fluminense ainda é muito importante e não pode ser esquecido como elemento da "formação sócio-espacial" (SANTOS, 1996) específica da região.

O município de Quissamã possui uma usina até hoje ativa e sua inserção no CAI sucro-alcooleiro possui algumas particularidades que a colocam em destaque,

não por sua expressividade econômica, que atualmente é apenas local, mas por ser um importante marco histórico-geográfico nesta formação sócio-espacial regional.

Mapa 2 - Cana-de-Açúcar Moída Pelas Usinas da Região Norte Fluminense (1995-2000)



Org.: Pedro Paulo de Castro Barbosa
NEGEF (Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense)
Dep'to. de Geografia - UERJ, janeiro de 2002

Obs.: A divisão mesa-regional do estado da Rio de Janeiro segue as definições da Fundação CIDE

FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

Para entender a inserção de Quissamã (não somente da usina, mas do município) no CAI sucro-alcooleiro é necessário partir da formação sócio-espacial específica deste município, ou seja, do conjunto de peculiaridades que se revelam no local, a partir de suas inter-relações com outros espaços e a partir de fenômenos em outras escalas, que em cada local se expressam de forma diferenciada. Tomamos o conceito de formação-sócio-espacial como um referencial a partir de Santos (1996), considerando que este conceito é "indissociável do concreto", trata das transformações diferenciais das sociedades em diversas escalas e expressa a "unidade e a diversidade das diversas esferas – econômica, política, jurídica e ideológica – da totalidade social" (REIS, 2000, p. 64).

Sendo assim, a formação sócio-espacial da região Norte Fluminense e de Quissamã está baseada na monocultura canavieira que se tornou, ao longo do tempo, uma atividade agrícola comercial tradicional, por não ter se modernizado em diversos aspectos. Em Quissamã se apresentam algumas particularidades: estabeleceu-se um

monopólio produtivo a partir de uma estrutura agrária extremamente concentrada desde sua origem. Diferentemente das terras de Campos e adjacências, originalmente com pequenas e médias propriedades que, somente ao longo do século XIX, vieram a se concentrar e propiciaram, entretanto, a base para uma formação econômica e social (e também espacial) que viria a proporcionar o surgimento de mais de uma grande usina.

O monopólio da produção que hoje se verifica em Quissamã é resultado de um longo processo histórico em que a concentração fundiária é a principal marca. A paisagem que se pode observar ao longo da estrada (BR-101) que liga a Região Metropolitana até o município, apresenta terras devastadas, que antes serviram para a produção de cana, café e/ou frutas cítricas e que constam como propriedades em que há pecuária extensiva, mas que na maioria das vezes estão sem uso, à espera de especulação imobiliária. A BR-101 constitui-se no vetor principal de um dos eixos de urbanização identificados por Rua (2002), cortando o interior da região das Baixadas Litorâneas e chegando a Macaé. As cidades de Carapebus e Quissamã se encontram para além deste eixo, já integradas à cidade de Macaé por estradas pavimentadas em bom estado, mas ainda não totalmente incluídas em um processo de ocupação, crescimento populacional e especulação imobiliária que vem atingindo diversas áreas inter-urbanas⁶ do interior do estado do Rio de Janeiro.

Inicialmente pertencente à Vila de Campos dos Goytacazes, a localidade de Quissamã passou a pertencer à comarca (posteriormente município), de Macaé em 1814. Após praticamente dois séculos como distrito deste município, Quissamã se emancipou em 1990 (data de instalação), em um contexto de renovação do municipalismo no Brasil, após a Constituição de 1988, que atribuía aos municípios maior carga tributária. Entretanto, o fato novo que contribuiu para a emancipação do município, foi a possibilidade de obtenção de recursos através do pagamento de royalties para a exploração de petróleo na Bacia de Campos. Após séculos de economia quase exclusivamente ligada à cultura da cana-de-açúcar, portanto, uma nova conjuntura sócio-econômica se impõe em Quissamã, permitindo a emancipação e a conquista de maior autonomia.

Atualmente o município conta com uma das maiores taxas de crescimento populacional em todo o estado e vem passando por um processo interno de urbanização, em que muitas famílias antes residentes em áreas distantes do núcleo urbano, se deslocam para a periferia do mesmo, sendo cada vez mais comum o recurso à combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas como fonte de renda familiar.

É notável em Quissamã que, ao longo dos últimos séculos, as técnicas de processamento da cana se modificaram, as relações de trabalho se transformaram (da escravatura passou-se ao trabalho assalariado) assim como as estruturas de produção como um todo, principalmente após a incorporação de novos fatores, como maquinário para o corte da cana (modernização agrícola). Por sua vez, a estrutura agrária se manteve cristalizada, já que sempre foi a garantia de poder das elites em questão. Em Quissamã, portanto, o capital está territorializado, a renda da terra é

⁶ Essa expressão é uma forma mais precisa de fazer referência a áreas consideradas "rurais" (tudo o que não é urbano, na tradicional denominação dos órgãos governamentais brasileiros). Estas áreas, no caso do território fluminense, muitas vezes não contêm atividades agrárias, mas sim terras à espera de valorização, instalações industriais, empreendimentos sofisticados ligados ao turismo, além de um padrão bastante comum de urbanização em eixo (ao longo das vias principais entre as cidades). São trechos de acentuada "plurifuncionalidade no uso do solo" e que, na maioria dos casos, não podem/devem ser rotulados de áreas rurais. No caso do trecho entre Macaé e Carapebus, não encontramos atualmente grande desenvolvimento de atividades agrícolas. No caso do trecho entre Carapebus e Quissamã, a paisagem é dominada pelo uso agrícola, em que os canaviais se revezam apenas com poucas áreas de pecuária extensiva.

renda capitalizada (OLIVEIRA, 1990). Há a sujeição real dos trabalhadores e a renda da terra se transforma em renda absoluta, fruto do monopólio da terra, principalmente quando em períodos de crescimento da economia. Como afirma Wanderley (1996, p. 38), “a renda da terra, no Brasil, precisa ser eliminada como fonte de renda específica e privilegiada”.

Quissamã demonstra em sua paisagem (com um “infinito” de pés de cana) e nos rostos de sua gente (com as marcas de trabalho árduo e jeito simples de famílias pobres há gerações), a chamada “questão agrária”, não-resolvida e até então perpetuada. Os contrastes sociais se manifestavam a partir da ostentação no interior das sedes de fazenda e até hoje se materializam em seu exterior: cada sede pode ser vista de longe por quem anda pelas extensas planícies, a partir das palmeiras que indicam sua localização e margeiam os caminhos que a elas conduzem (ver foto 1).

Em sua formação, as grandes propriedades de Quissamã são resultado do parcelamento de fazendas ainda maiores, num sistema de posse hereditário. Assim, a fazenda que tinha como sede a Casa de Mato de Pipa⁷, de 1786, se subdividiu e deu origem a duas propriedades, a Casa de Quissamã e a Fazenda Machadinha. Essas duas grandes fazendas se subdividiram continuamente em outras grandes propriedades.

Desde o final do século XIX e ao longo do XX, o engenho de Quissamã, transformado em Engenho Central e depois em Usina de Quissamã, continuou ativo e a cana-de-açúcar, complementada pelo gado, se mantiveram como as principais atividades econômicas. A estrutura fundiária atual do município é mais diversificada e, ao longo da década de 1990, vem tendendo à fragmentação, a partir de um processo de diversificação produtiva, tema que abordaremos ao final do texto.

A USINA QUISSAMÃ

O atual município conta com uma usina, que centraliza a produção de cerca de 26 grandes fazendas (ver foto 2). A usina de Quissamã é historicamente o único pólo industrial do atual território municipal no processo de transformação da cana em açúcar (antigo “Engenho Central de Quissaman”, instalado pelo governo imperial em 1879). Nela se materializa o chamado monopólio da produção, em que a usina é dona de 70% das terras produtivas do município. O monopólio da produção só se realiza quando há uma concentração vertical do processo produtivo (da terra, da indústria e dos canais de comercialização, pois a usina impõe preço de compra para os fornecedores).

No presente momento a usina está decadente e sua longa espera por novos subsídios do governo para se reestruturar industrialmente perdeu o sentido, com o novo quadro de desregulamentação do setor sucro-alcooleiro em escala nacional e com o fim da política estatal subvencionista. Vem passando por um processo de inconstante modernização ao longo do tempo e é uma das unidades agroindustriais mais atrasadas da região, contendo a última máquina a vapor ainda em funcionamento nas usinas de açúcar do Rio de Janeiro.

A usina não é auto-suficiente em matéria-prima: apesar de possuir 7 mil hectares de cana plantada em 21 mil hectares de terra, precisa contar com fornecedores.

⁷ A importância do “morgadio” de Quissamã e da Casa de Mato de Pipa pode ser percebida através de citações presentes em Lamego (1941) e Gilberto Freyre (1933).

**Foto 1 - A Casa de Quissamã como exemplo da paisagem
típica do município**



Foto 2 - Usina Quissamã



Segundo o agrônomo da usina, o plantador de cana (fornecedor) tem nas lavouras das usinas um referencial para plantar ou não. Muitos dos fornecedores são pequenos (30% atualmente) e, em Quissamã, sua cana é tão boa em teor de sacarose, quanto a dos grandes. Tem havido diminuição na área de plantio da cana não só neste município, como também em Campos e a escassez de matéria-prima tem evidenciado cada vez mais a capacidade ociosa desta e de outras usinas, além de acirrar a disputa pelo fornecimento de matéria-prima. As usinas maiores, como a Sapucaia e a Santa Cruz, de Campos, fazem contratos para exportação de açúcar. Por isso procuram comprar matéria-prima até mesmo de fornecedores bem distantes de suas instalações industriais, inclusive em Quissamã, ameaçando desestruturar o monopólio da produção em escala local. A Usina Quissamã, por sua vez, não estabelece contratos como este, vendendo seu produto, o açúcar cristal, para representantes de empresas do setor alimentício nos estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A usina possui o equipamento necessário para a produção de álcool hidratado, mas desde três a quatro anos vem fabricando somente açúcar. Segundo o encarregado de laboratório por nós entrevistado, o resíduo que seria aproveitado para o fabrico do álcool (melaço), tem sido vendido para uma empresa multinacional com sede no Rio de Janeiro.

A quantidade de açúcar produzida por ano, em média, nas últimas cinco safras foi de 32 mil e 500 toneladas, ocupando o sexto lugar em um ranking que envolve as nove usinas do Norte Fluminense (ver tabela 1). São empregadas aproximadamente 280 pessoas na parte industrial, 180 a 200 trabalhadores fixos no campo e 300 contratados para o corte da cana (estes já foram 1500). Além disso, a usina conta com 25 tratores e 4 embarcadeiras, a maioria destes terceirizados e possui uma máquina colheitadeira, que colhe 2300t/dia (ou 100t/h), cortando durante 18 horas em dois turnos. Com mais três dessas máquinas, a usina dispensaria toda a mão-de-obra contratada para o corte. No entanto, os terrenos precisariam ser aplainados, já que a colheitadeira não está adequada à planície sedimentar ondulada.

Tabela 1 – Ranking das Usinas de Açúcar e Álcool no Norte Fluminense entre 1995 e 2000

Cana-de-Açúcar Moída		Açúcar		Álcool	
Usina	Média dos Totais Anuais de Cana Moída (ton)	Usina	Média dos Totais Anuais de Açúcar Produzido (ton)	Usina	Média dos Totais Anuais de Álcool Produzido (m3)
1) Sapucaia	1.502.836	1) Sapucaia	110.712	1) Sapucaia	42.770
2) Santa Cruz	888.178	2) Santa Cruz	69.416	2) Santa Cruz	19.812
3) Paraíso	496.715	3) Cupim	38.681	3) Paraíso	12.017
4) Barcelos	428.788	4) Paraíso	35.189	4) São José	10.812
5) São José	426.948	5) Barcelos	33.949	5) Barcelos	8.077
6) Cupim	423.583	6) Quissamã	32.504	6) Cupim	5.116
7) Quissamã	387.915	7) São José	30.323	7) Quissamã	1.486
8) Carapebus	249.770	8) Carapebus	22.543	8) Pureza	1.047
9) Pureza	71.998	9) Pureza	3.817	9) Carapebus	0

Fonte: UFRRJ – Unidade de Pesquisas Agronômicas de Campos dos Goytacazes
Elaboração: NEGEF, Departamento de Geografia – UERJ, setembro de 2001

Há uma deficiente aplicação de capitais excedentes em fatores de modernização agrícola e industrial que contrasta com o empenho e a dedicação de todo o pessoal envolvido no processo produtivo, na tentativa de elevar a qualidade do açúcar por eles produzido (através do controle de pragas, da irrigação, da diminuição da perda de sacarose na transformação da matéria-prima, e da tentativa de fabricar um açúcar cada vez mais claro).

Este quadro nos revela que a expressividade da usina em termos econômicos ainda é relevante em escala local e poderia ser bem maior em escala meso-regional, desde que houvesse uma mentalidade empresarial mais adequada e competitiva.

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: A DIVERSIDADE ENCONTRADA NA PAISAGEM UNIFORME DO CANAVIAL

A escassez de matéria-prima que vem ocorrendo no complexo canavieiro do Norte Fluminense é uma escassez principalmente de fornecedores, que deixam de plantar cana em função da baixa rentabilidade desta cultura. Mesmo assim, cada usina de açúcar tem uma garantia mínima de fornecimento de matéria-prima, mantendo extensas propriedades destinadas ao plantio das chamadas “canas próprias”. As usinas de pior infra-estrutura e menor capacidade de processamento de matéria-prima, como Pureza (em São Fidélis), Carapebus e Quissamã, têm passado, cada vez mais, a contar com um número menor de fornecedores, já que muitos daqueles que persistem no cultivo da cana-de-açúcar vendem seu produto às usinas maiores, localizadas no município de Campos.

A Usina Quissamã processou, em média, 390 mil toneladas de cana por safra, nos últimos cinco anos, das quais 116 mil (em média) eram de fornecedores (equivalente a 30% de toda a matéria-prima processada) e 271 mil (em média) eram de canas próprias, cultivadas em terras pertencentes à usina ou por ela arrendadas (equivalente a 70% da cana processada).

A diminuição de fornecedores e do número de trabalhadores nos canaviais de Quissamã (e de outros municípios do Norte Fluminense) vem refletindo, nos últimos anos, a diminuição de cana plantada, mas o principal fator que contribui para tanto é mesmo a modernização agrícola. As embarcadeiras (ver foto 3) e, principalmente as colheitadeiras de cana, agilizam ainda mais um processo produtivo que já vem lenta e progressivamente se organizando dentro de uma racionalidade industrial (ao longo das últimas três décadas). Nas terras de algumas usinas, como a Santa Cruz, em Campos, ao invés de cinco fileiras, cada linha de cana agora conta com sete, obrigando o cortador a trabalhar ainda mais rápido, pelo mesmo preço, já que seu pagamento é feito através da medição da cana cortada em pequenos montes (somente em alguns casos a cana é pesada em balança e o pagamento é feito de acordo com a quantidade real).

Mesmo assim os canaviais ainda contam com um grande número de trabalhadores, exercendo diversas funções. Na etapa de corte (safra, que vai de agosto ao final de outubro), não existem somente os cortadores de cana. Há ainda os chamados “gatos” ou “turmeiros”, intermediários entre o cortador e o encarregado da usina (ou do fornecedor). Geralmente dono de um caminhão ou ônibus, o turmeiro é responsável por buscar os cortadores, formando um grupo (turma) a ser levado até a área de corte. O turmeiro é um importante ator social no processo produtivo, pois intermedia o pagamento dos cortadores, “anotando” a quantidade que cada um deve receber, em função da cana cortada. Muitas vezes conta com um ajudante, chamado de “anotador”,

quando não o próprio turmeiro, ele mesmo, anota a quantidade cortada. Outro “personagem” nesta rede de relações é o “medidor”, por vezes a mesma pessoa que o “anotador”. O medidor utiliza um grande compasso de madeira ou uma roda dianteira de bicicleta para medir, no chão, o número de grupos de cana cortada (contando o número de voltas – ver foto 4). Frequentemente as figuras do medidor, do anotador e do gato se confundem em uma única pessoa, ou em duas ou mais pessoas, dependendo do tamanho da “turma” de cortadores arrematada.

Mas o trabalho na lavoura de cana exige também o preparo da terra e o plantio (nas áreas em que a cana não irá mais ser de ressoça⁸). Este trabalho ainda é realizado de forma parcialmente modernizada (trabalho na enxada, porém com auxílio de máquinas para plantio de mudas), e ocorre na entressafra, de novembro a março. É uma etapa de trabalho que requer menor quantidade de mão-de-obra. Os melhores grupos de cortadores, que conseguem maior rendimento na época do corte, recebem como “prêmio”, por parte do intermediário da usina ou do grande fornecedor, a garantia de trabalho na entressafra. Sendo assim, conseguem permanecer trabalhando a maior parte do ano. Os cortadores que se destacam, muitas vezes conseguem chegar até mesmo a ser turmeiros. Em outros casos, conseguem emprego fixo na cidade e deixam a lavoura.

Na verdade, identifica-se em Quissamã (e em outros municípios do Norte Fluminense, principalmente em Campos), um processo de “desterritorialização do trabalho e do trabalhador” (HAESBAERT, 1995). A procura por trabalho é constante, já que o corte da cana só leva alguns meses e remunera mal. Ou seja, a procura por trabalho não acontece em função do tipo ou origem da atividade. Não importa se no campo ou na cidade, se dentro ou fora do município de origem, o trabalhador se insere numa lógica de procura constante por serviços temporários, o que também o leva a se deslocar de forma constante ou muito frequentemente.

É preciso lembrar que a figura do turmeiro surgiu nas últimas duas décadas, pois antes os cortadores eram transportados na boléia de caminhões da própria usina. A incorporação deste ator social no processo produtivo causou impacto na oferta de trabalho, pois quanto mais racionalmente se organiza a operação de corte da cana, menos mão-de-obra é requerida para a mesma. Entretanto, a utilização da máquina colheitadeira (modernização agrícola), foi o fator que mais radicalmente contribuiu para a diminuição da mão-de-obra contratada pela usina em Quissamã, a partir de 1998. O mesmo processo ocorreu em outras usinas da região e a colheitadeira também foi adotada, a partir de 1998, em duas das usinas do município de Campos (Sapuçaia e Santa Cruz).

O resultado destas transformações se faz sentir inclusive na paisagem: há algumas décadas havia, nos enormes canaviais da usina, entre as grandes “quadras” de cana-de-açúcar, famílias e grupos de cortadores vivendo em casas esporadicamente localizadas (ver foto 5). Eram pessoas que trabalhavam no corte, não possuíam terras, mas não eram expulsas pelos proprietários, pois até mesmo ajudavam a “cuidar” da fazenda. Muitas casas continuavam existindo, mas já não são mais habitadas, pois o trabalho no corte exige muito menos mão-de-obra. Além disso, essa população se inclui no enorme contingente de pessoas que migra para a periferia de cidades ou para as vilas (sedes de distrito), na tentativa de arranjar outros tipos de serviço, inclusive em atividades tipicamente urbanas. Na paisagem uniforme do canavial, portanto, diversos tipos de funções, relações de trabalho e hierarquias podem ser identificadas, a partir de um processo de modernização lento e (des)contínuo, da

⁸ A cana de açúcar, quando brota pela primeira vez, é denominada “Cana-Planta”. Quando rebrota pela primeira vez, é chamada de “Cana-Soca” e, a partir da segunda rebrota, de “Cana-Ressoca”.

incipiente aceleração do “tempo lento” de que fala José de Souza Martins (1994) ou do contraste estabelecido com a presença de “heranças”, ou “elementos mais atrasados” de que fala Milton Santos (1977) que precisam estar presentes na explicação de uma formação sócio-espacial.

A INSERÇÃO DE QUISSAMÃ NO CAI SUCRO-ALCOOLEIRO

No final do século XIX, ainda como “Engenho Central de Quissaman”, a atual usina adquiriu status pronunciado em escala nacional. Ao longo do século XX, passou por um processo de decadência e perda de expressividade. Atualmente, em comparação com as outras usinas da região Norte Fluminense, a usina de Quissamã poderia ser tida como a sétima colocada em um ranking geral, que leva em consideração as médias de cana moída, de açúcar produzido e de álcool produzido, nas últimas cinco safras. Isto significa que sua expressividade é pequena regionalmente.

Em escala local (considerando o município como maior nível possível de “localidade”), sua relevância ainda é pronunciada, pois emprega muitos trabalhadores e é uma importante (por vezes única) fonte de renda para muitas famílias. Além disso, continua sendo grande fonte de arrecadação de ICMS para a prefeitura do município. Entretanto, essa importância vem se reduzindo muito depois da grande expressão adquirida pela economia petrolífera na composição das receitas de diversos municípios do Rio de Janeiro, desde o final da década de 80. Desde sua emancipação, Quissamã é um dos municípios onde, sem dúvida, isso ocorre com mais força.

Em síntese, a usina continuou se mantendo ativa, ainda que os contextos políticos e econômicos tenham mudado, ao longo do tempo, em escala nacional; ainda que outras áreas canavieiras tenham surgido em diversas partes do Brasil; ainda que estas e outras áreas antigas tenham se modernizado muito mais intensamente que o Norte Fluminense. Na década de 90, porém, a usina passa a ser “resquício do passado” até mesmo em escala local, pois Quissamã passa por uma modernização (RUA, 2000), adquire outras possibilidades de crescimento econômico e sofre novos processos, com implicações territoriais diversas (RUA, 2000).

Para que o presente trabalho possa ser uma contribuição consequente, devemos manter em perspectiva uma continuação do mesmo, dedicada à análise da reconversão produtiva que vem sendo realizada em Quissamã a partir da fruticultura e, principalmente, com a agroindustrialização da água de côco. Em outra oportunidade (MARAFON E CASTRO BARBOSA, 2002), defendemos que esta reconversão produtiva, em escala meso-regional, precisa ser parcial, sem deixar de considerar toda a infra-estrutura material e social do setor sucro-alcooleiro, que precisa passar por transformações mas, sem dúvida, continua a ser importante. Estendemos essa preocupação ao município de Quissamã e entendemos que o setor canavieiro é fator de manutenção da estrutura agrária concentrada. O município precisa, portanto, passar por transformações que não percam de vista o acesso à terra e uma melhor distribuição da renda agrícola, ou seja, transformações que não conduzam à reprodução do modelo CAI em um outro setor agrícola e que possam acrescentar algo de novo ao que há de cristalizado nessa formação sócio-espacial.

Foto 3 - Máquina embarcadeira de cana. Fator de modernização agrícola e presença da indústria a montante da agricultura



Foto 4 - A medição da quantidade de cana cortada é feita até mesmo com base no número de voltas de uma roda dianteira de bicicleta. No caso da foto, o encarregado da medição se revela também como o “anotador”



Foto 5 - Casa abandonada entre duas grandes quadras de plantio de cana.



REFERÊNCIAS

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala** – introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 40 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 665 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1988.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade** – a rede “gaúcha” no nordeste. 1. ed. Niterói: EdUFF, 1997. 293 p.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lido, 1941. 271 p.

MARAFON, Glaucio José. Industrialização da agricultura e formação do complexo agro-industrial no Brasil, **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, n. 3, p.7-22. jun. 1998.

MARAFON, Glaucio José; CASTRO BARBOSA, P. P. Biazzo de. O papel do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro nas transformações sócio-espaciais do Norte Fluminense (1970-2000). In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Marta Foeppel (Orgs.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ / CTC-IGEO-Depto. de Geografia, 2002. p. 71-86. 208 p.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso** – ensaios de sociologia da história lenta. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 170 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990. 88p.

REIS, Luis Carlos Tosta dos. Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. **Geografares Revista do Departamento de Geografia**, v. 1, n. 1, p. 61-72. jul. 2000.

RUA, João. Implicações territoriais do processo de modernização no município de Quissamã (RJ). In: RUA, João. (Coord.). **Quissamã** – em busca de novos caminhos. Rio de Janeiro: UERJ, Depto. de Geografia, 2000. 172 p.

_____. Urbanização em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Marta Foeppel (Orgs.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ / CTC-IGEO-Depto. de Geografia, 2002. p. 43-70. 208 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 35-59. jun. 1977.

WANDERLEY, Maria de N. B. A modernização sob o comando da terra – os impasses da agricultura moderna no Brasil, **Idéias**, Campinas, ano 3, n. 2, p. 25-54. jul-dez. 1996.

Recebido em setembro de 2002

Aceito em junho de 2003